

18 NOV 1990

DÍVIDA EXTERNA

Bancos ameaçam cortar créditos

Credores não darão mais empréstimos para comércio se o País não pagar juros atrasados

PAULO SOTERO
Correspondente

NOVA YORK — O comitê dos bancos credores já avisou que se o Brasil não suspender a moratória até o fim do ano, efetuando um pagamento substancial de juros atrasados, as linhas de curto prazo operadas pelas agências de bancos brasileiros no Exterior desaparecerão. As autoridades econômicas parecem levar a ameaça a sério, tanto que o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, já disse que essas linhas, usadas para financiar importação e exportação, são "o calcanhar de Aquiles" das negociações com os bancos.

O governo não sabe, porém, qual é o tamanho do calcanhar. Gerentes de agências bancárias brasileiras em Nova York e outras fontes do mercado acreditam que os bilhões de dólares em crédito de curto prazo registrados no Banco Central são em grande parte uma ficção. Segundo uma estimativa, dos US\$ 14,8 bilhões em créditos de até 180 dias que os credores se comprometeram a manter sob o primeiro acordo de renegociação feito após a eclosão da crise da dívida externa, em 1982, dois terços já evaporaram e as linhas para financiamento de comércio teriam simplesmente deixado de existir.

Uma parte das linhas desapareceu ao longo dos anos porque os bancos simplesmente não as renovaram. A drenagem desses créditos acelerou-se nas últimas semanas, depois que o governo apresentou sua heterodoxa proposta de renegociação aos credores anunciando que as linhas se tornariam voluntárias. Contrariados

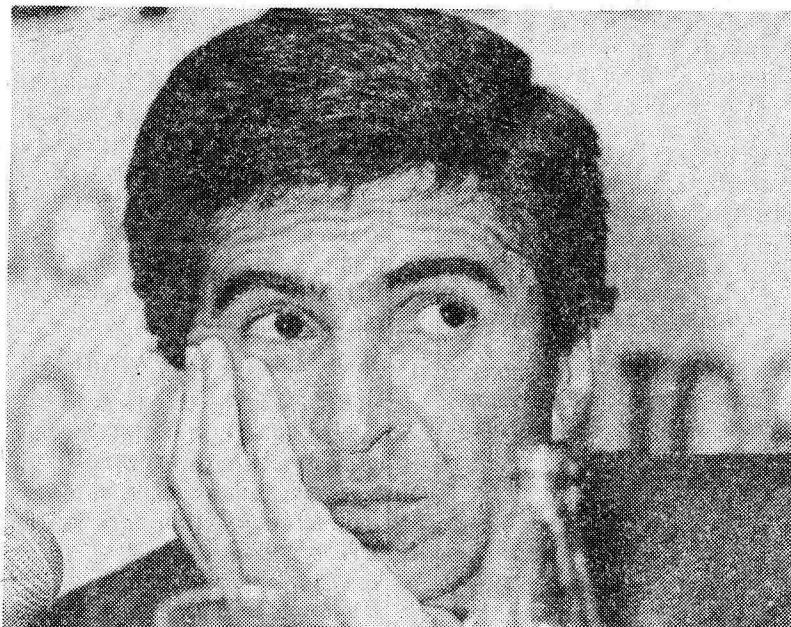
com o prolongamento da moratória, grandes bancos da França, Suíça e Luxemburgo aproveitaram a deixa e suspenderam o crédito de curto prazo. "Essa foi a única parte da proposta que os credores levaram a sério", disse um banqueiro ao *Estado*. Os demais bancos foram mais sutis: encurtaram os prazos e aumentaram os juros que cobram pelas linhas, tornando-as, em alguns casos, proibitivas.

Outros bilhões de dólares sumiram de circulação numa lucrativa operação chamada de fronting, ou, literalmente, "fazer fachada". A partir da moratória de 1987 e até recentemente, vários grandes bancos credores, agências de bancos brasileiros, principalmente as de menor porte, companhias de comércio exterior e, suspeita-se, até algumas estatais, ganharam rios de dinheiro por meio desse expediente. O efeito do fronting é esterilizar as linhas de curto prazo mas preservá-las nos livros do Banco Central, como se elas continuassem a existir. Segundo um executivo de uma pequena agência bancária brasileira em Nova York, mais de US\$ 500 milhões teriam sido rachados entre as dezenas de participações nessas operações de "engenharia financeira".

Saber quem fez fronting é tão difícil quanto identificar os compradores de papéis no mercado secundário. Os rumores no mercado apontam vários "engenheiros financeiros", mas todos os nomes mencionados negam sua participação. O que é certo é que, em 1988, o Banco Central considerou essa prática lesiva aos interesses do País, advertiu informalmente os bancos a respeito e ameaçou mudar as regras do jogo para coibir a operação.

Mas o BC ficou na ameaça e, por ação ou omissão, acabou sendo conivente com a esterilização de uma parte do crédito de curto prazo, uma vez que nenhuma transferência de linha, necessária em qualquer operação de Fronting, poderia ter sido completada sem o conhecimento e autorização expressa do BC.

O mistério sobre o montante disponível de crédito de curto prazo será revelado em abril e poderá custar caro ao País, caso o governo não chegue a um entendimento com os credores até o fim do ano. Em abril termina o compromisso formal de renovar as linhas que os bancos assumiram com o Brasil. Se as negociações continuarem empacadas, os bancos credores, embora cobrem juros escorchantes e ganhem bom dinheiro nas linhas de curto prazo, serão tentados a punir o País e não renovar voluntariamente esses créditos. Ocorre que pelo menos metade do valor ainda disponível está concentrado em dois bancos oficiais, o Banco do Brasil e o Banespa. Se as linhas não forem mantidas, o Banco Central terá de usar uma parcela importante das reservas cambiais do País para socorrer as duas instituições. Segundo fontes financeiras, os bancos privados detentores dessas linhas estão, em sua maior parte, capitalizados e teriam, aparentemente, condições de agüentar o baque.



Clóvis Ferreira/AE - 11/9/90

Eris: dólares para importação e exportação são o calcanhar de Aquiles